



SEMINOVOS REAQUECEM VENDAS NOS CONSÓRCIOS

Enquanto a venda de carros novos ainda enfrenta o rescaldo de uma crise econômica generalizada, a aquisição de carros seminovos através de consórcios mostra-se em franca expansão, como mostra levantamentos realizados pela Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac).

Desde 2011, segundo a Abac, as aquisições de seminovos aumentaram 114% o seu volume de venda, tendência que se amplia agora com o maior planejamento da compra futura de carros novos. **PÁGINA 3**

ANFAVEA PREVÊ MAIOR PRODUÇÃO EM 2017

Aumento esperado é de 5%. **PÁGINA 3**



ASSESSORIA JURÍDICA PREVIDENCIÁRIA

O SINDCON-MG, através do seu departamento jurídico, firmou parceria com o advogado Dr. Afonso Aragão para a prestação de assessoria jurídica especializada em Direito Previdenciário, com foco na concessão de benefícios da Previdência Social aos trabalhadores em concessionárias de veículos e consórcios. O atendimento também é extensivo a todos os familiares e o trabalhador não precisa ser filiado ao sindicato.

Hoje os trabalhadores precisam de extrema atenção para programarem sua aposentadoria, além de organizar a documentação e saberem o momento certo de ingressar com

o processo, pois um passo em falso pode comprometer seriamente o valor a ser recebido da Previdência Social.

Precisamos estar atentos também para os processos de revisão de direitos previdenciários, que muitas vezes passam despercebidos pelos trabalhadores e que precisam de orientação jurídica para serem resguardados.

Agende seu atendimento pelo telefone (31) 3464-8383.



Serviços Previdenciários prestados aos trabalhadores e seus familiares

- ✓ Aposentadoria por Idade;
- ✓ Aposentadoria Especial;
- ✓ Conversão de Tempo de Atividade Especial em Comum para fins de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- ✓ Aposentadoria por Invalidez;
- ✓ Auxílio Doença;
- ✓ Auxílio Acidente;
- ✓ Auxílio Doença por Acidente de Trabalho;
- ✓ Loas (BPC) ao Portador de Deficiência;
- ✓ Loas (BPC) ao Idoso;
- ✓ Salário Maternidade;
- ✓ Pensão por Morte;

Faltam ações para superar a crise

Gerson Fernandes - Presidente do SINDCON-MG

Passado o longo processo de impeachment que paralisou institucional e economicamente o Brasil, o novo governo instalado no País ainda não deu mostra de qualquer iniciativa que aponte um caminho de recuperação da atividade produtiva, para superar uma crise que teima em continuar.

Ao contrário de termos medidas para a retomada de investimentos e do crescimento sustentável, o Governo Temer faz articulações nos três poderes muito mais para cortar custos do que para investir na economia. Com um argumento muito precário de que o custo reduzido das contratações poderia gerar mais empregos, o governo se assanha em cortar direitos dos trabalhadores, em dificultar o entendimento nas negociações coletivas. Para isto, vem recebendo o incondicional apoio do Congresso Nacional e dos tribunais para viabilizar o que chamam de flexibilização das leis trabalhistas ou desoneração das folhas de pagamento, que significa o roubo dos direitos dos trabalhadores.

Se temos uma atividade econômica em queda há muitos meses e o governo aposta em cortar as condições de trabalho e de salários dos trabalhadores, temos reduzida brutalmente a capacidade de compra, o que num determinado tempo fará com que o produto escasso passe a

ter um valor muito mais elevado, o que pode enxertar a inflação futura. Não há como melhorar a produção sem um mercado consumidor e este último só encurta com os salários arrochados.

Além de proteger empregos e salários decentes, não dilapidando o avanço do valor real do salário mínimo nos últimos anos, o governo precisa fazer urgente uma reforma tributária, para que as empresas invistam com segurança e não sejam penalizadas por impostos encavalados que limitam qualquer investimento. Recentemente, o governo facilitou a produção de veículos e de eletrodomésticos, isentando o pagamento de IPI, que promoveu uma cadeia produtiva que seguiu o nível de emprego, reativou a indústria e o comércio.

O novo governo precisa dizer ao que veio, pois nada mudou depois do impeachment para a recuperação da economia. A crise continua cavalgar e o governo passa a impressão de sonolência e totalmente desprovido de ação para que se faça diferente e recupere a economia, como criticava severamente nas articulações que levaram à cassação da presidenta e levaram



Repouso Semanal Remunerado:

NOV 25%

DEZ 14,81%

**TRABALHO E
SINDCON-MG
CIDADANIA**

*Sindicato dos Empregados em Administradoras de Consórcios,
Vendedores de Consórcios, Empregados e Vendedores em
Concessionárias de Veículos, Distribuidoras de Veículos e
Congêneres no Estado de Minas Gerais.*

DIRETORIA EXECUTIVA

**Gerson Fernandes
Presidente**

**José Eustáquio
Diego Gonçalves
Daniel Reis
Andréia de Souza
Antônio Coelho**

**Manoel Borges
Marcos Vinicius
Frederick Santos
Willian Ferreira**



Jornalista
Walter Freitas

Diagramador -
Alison Christian

Tiragem: 5.000

ABAC DEMONSTRA QUE AQUISIÇÃO DE SEMINOVOS CRESCER 114% DESDE 2011

Mercado consumidor se adaptando à crise e valorizando os usados até a compra futura do carro novo

O volume de carros usados adquiridos através de consórcio cresce significativamente e já se apresenta como uma alternativa mais cômoda aos consumidores até o momento em que possa investir em um veículo 0 km. Esta modalidade de compra do carro usado segue uma “maior reflexão” diante de uma crise econômica de longa duração enfrentada no País.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac) Paulo Roberto Rossi, “com os orçamentos pessoal e familiar

apertados, houve uma reavaliação da necessidade imediata dessa troca” e que “ao planejar a futura compra de um novo carro, zero ou seminovo, o consumidor passou a considerar preço mais em conta, valor do seguro e índice de desvalorização menor, e a optar pelo consórcio para viabilizar a aquisição de um seminovo em bom estado de conservação e com características de conforto superiores”.

Nos levantamentos da Abac, em 2011 a venda de carros seminovos respondia por 3,68%, saltando agora, em 2016, para 10,69%, após altas sucessivas. A evolução foi de 10,4 mil unidades naquele ano para 22,3 mil em 2016.

O executivo afirma que as mudanças de comportamento do consumidor demonstram “uma maior atenção do consumidor às suas finanças pessoais, especialmente quanto à essência da educação financeira, que tem levado pessoas e famílias a implantar novas atitudes para enfrentar o momento difícil da economia brasileira”.



Sistema reúne 7 milhões de consorciados

Segundo a Abac, “o Sistema de Consórcios conta atualmente com 7 milhões de participantes ativos, de acordo com o último balanço divulgado em agosto. Somente em veículos leves, que inclui automóveis, utilitários e camionetas, há 3,25 milhões de consorciados, 46,4% do total. Os negócios globais com o mecanismo somaram R\$ 50,29 bilhões, de janeiro a agosto. Só com os veículos leves, o total foi de R\$ 24,73 bilhões, 49,2%, considerando novos e seminovos.”



Anfavea prevê crescimento de vendas de mais de 5% em 2017

A Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) está prevendo uma produção mais forte nos dois últimos meses do ano, aposta que mantém desde o processo de impeachment expectativa de recuperação econômica no País.

Segundo o presidente da



entidade, Antônio Megale, a produção deve fechar em torno de um aumento de 5% somente em 2017, tendo apresentado um

resultado negativo de 22,3% de janeiro a outubro deste ano. Outubro teve 159 mil licenciamentos, “praticamente o mesmo que em setembro, com estabilidade nos emplacamentos diários, cerca de 8.000 carros por dia”, que aponta ainda um estoque de 209 mil unidades, suficiente para atender a 40 dias de vendas.

CLT no Juízo Final

Conjuntura de golpes ameaça avanços sociais

Quando o Dr. Ulysses Guimarães ergueu como um troféu a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, no ato de sua promulgação, o Brasil passou a respirar o caminho da mudança, depois de 25 anos de ditadura militar, sem que o povo brasileiro pudesse eleger o presidente da República. Resultado de uma Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição de 1988 lavou a alma do povo brasileiro, depois de milhões de pessoas irem às ruas em comícios colossais pelas Diretas Já e sermos derrotados pelo rescaldo do autoritarismo e da traição dentro do Congresso Nacional, sitiado pelo exército para que o povo não acompanhasse a votação e prevalecesse um presidente da República apeando no poder indiretamente pelo Colégio Eleitoral.

No ato comandado por Ulysses ficaram registradas suas palavras históricas: “Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil”.

Mas agora, 28 anos depois da “Constituição Cidadã”, o País vive as trevas por mais uma onda de golpes dos “donos do poder” econômico e político para cortar à foice todos os direitos sociais alcançados, instalando uma típica ditadura parlamentar, comandada por grupos de “direita” enlameados até o pescoço e investigados pela Polícia Federal e pela Justiça. A presidência da República foi vítima de um golpe articulado por presidente de Congresso que teve sua prisão retardada até que consumasse um golpe ao gosto da direita derrotada pelo povo nas urnas.

Trabalhadores veem os direitos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho e pela própria Constituição de 1988 serem ameaçados, como também os avanços sociais promulgados na Carta Magna. Um dos mais sagrados, sem dúvida, são as graves mudanças que vêm sendo estabelecidas para dificultar o acesso dos trabalhadores à aposentadoria, prolongando a necessidade de contribuição e de se manter na atividade justamente em um momento do quase pleno desemprego, da quebradeira geral das empresas no País e de extrema dificuldade para arcar com os compromissos sociais e familiares. Enquanto o governo quer determinar idade mínima de 65 e fator previdenciário cuja soma de idade mais contribuição exige

um resultado de 100 anos para homens se aposentarem, empresas promovem planos de desligamentos voluntários e programas de manutenção de empregos com cortes de salários. O antagonismo das medidas atende o interesse governamental em impedir gastos com aposentados adiando o acesso ao direito previdenciário até quase a morte do trabalhador. O País assistiu atônito nos últimos dias a votação da PEC 241, que permite ao governo cortar investimentos em saúde, educação e direitos básicos por 20 anos, como também a derrota no Supremo Tribunal Federal (STF) dos aposentados que continuam no trabalho a recalcularem seu direito através da desaposentação.

A sanha do Congresso Nacional, em sua maioria composto por representantes da elite, para flexibilizar as leis trabalhistas, sabotando direitos dos trabalhadores a título de desonerar as folhas de pagamentos com o falso discurso de gerar mais emprego, temos a justiça como verdadeira serviçal dos interesses do capital e do governo golpista. Como não chamar de golpe contra os trabalhadores brasileiros a decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, de conceder liminar para suspender todos os processos em andamento na Justiça do Trabalho para garantir os direitos dos trabalhadores de acordos coletivos vencidos na data-base? Gilmar Mendes não escondeu a serviço de quem faz seu raciocínio para dar a canetada. Segundo ele, a norma protege apenas o trabalhador, ignorando que um acordo coletivo deve se preocupar com os dois lados da relação, empregado e empregador.

Toda uma conjuntura azeitada pelos laços de poder da direita nos três poderes exige da sociedade uma reorganização dos seus mecanismos de luta, para o enfrentamento das iniciativas ameaçadoras, como a tentativa de reescancorar a privatização, começando pelo setor de saneamento. Os sindicatos serão peça fundamental desta resistência e os trabalhadores precisam entender a urgência das mobilizações e do fortalecimento das suas entidades. Temos diante de nós um retrocesso gigantesco e uma responsabilidade colossal para que não percamos tudo que conquistamos ao longo de décadas de lutas sociais e trabalhistas.